

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.992/2024

Dá nova redação ao caput do art. 1º da Lei 9.479 de 27 de outubro de 2011. **Parecer pela CONSTITUCIONALIDADE E JURIDICIDADE da matéria.**

**Resumo da Matéria:** a presente proposição visa alterar a redação da Lei nº 9.479/2011 com o objetivo de obrigar os supermercados, hipermercados, lojas de departamentos e magazines, bem como, os situados no interior de Shopping Centers, obrigados a disponibilizar aos consumidores em todas as seções e setores, terminais de consulta de preços com dispositivo visual e de áudio com reprodução sonora do nome e preço do produto consultado.

**Parecer pela constitucionalidade da matéria:** Matéria inserida entre as competências concorrentes entre Estados e União, nos termos do art. 24, incisos V, VIII e XIV da Constituição Federal, que estabelece que compete ao Estado legislar concorrentemente com a União sobre produção, consumo e responsabilidade por dano ao consumidor e ainda, sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

**AUTOR: DEP. JUTAY MENESES**

**RELATOR(A): DEP. GEORGE MORAIS**

**PARECER Nº \_\_\_\_581\_\_\_\_/2024**

***I – RELATÓRIO***

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para análise e parecer o **Projeto de Lei nº 1.992/2024**, de autoria do **Deputado Jutay Meneses**, o qual “Dá nova redação ao caput do art. 1º da Lei 9.479 de 27 de outubro de 2011.”.

Instrução processual em termos.

Tramitação dentro dos preceitos regimentais.

É o relatório.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

---

### II - VOTO DO RELATOR

De acordo com o Projeto ora discutido, a presente propositura visa alterar a redação da Lei nº 9.479/2011 com o objetivo de obrigar os supermercados, hipermercados, lojas de departamentos e magazines, bem como, os situados no interior de Shopping Centers, obrigados a disponibilizar aos consumidores em todas as seções e setores, terminais de consulta de preços com dispositivo visual e de áudio com reprodução sonora do nome e preço do produto consultado.

Segundo o autor da propositura, em sua justificativa, a alteração em lei já vigente trata de atualização do dispositivo legal em face das novas tecnologias e necessidades cotidianas. A instalação de equipamento sonoro nos terminais de consulta de preços representa uma importante ferramenta de inclusão para os consumidores com alguma limitação visual e ainda mais para aqueles que não enxergam.

Ainda, em sua argumentação:

Com o avanço da tecnologia, a leitura eletrônica em áudio tornou-se algo corriqueiro e de baixo custo, mas com considerável alcance social, possibilitando que deficientes visuais tenham acesso objetivo e direto ao nome e valor do produto que pretende adquirir.

Trata-se de uma atualização de um equipamento que já está presente nos estabelecimentos alcançados pela legislação atual e a proposta em tela busca dar mais alcance à ideia originária, ampliando o acesso de mais pessoas aos terminais de consulta de preços e supermercados e outros estabelecimentos.

Pois bem, de início, e nos termos do art. 31, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação examinar a admissibilidade das proposições em geral, quanto à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação fazendo

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

---

um estudo a respeito da adequação do Projeto às regras constitucionais vigentes e decidir se ela se encontra apta a continuar a sua tramitação.

Verifica-se que a matéria trata de relação consumerista e da proteção de pessoas com deficiência. Nos termos do artigo 24, inciso V, VIII e XIV, da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre **produção e consumo** e **proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência**.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

V - produção e consumo;

[...]

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

Do ponto de vista material, também não se vislumbra interferência desproporcional na iniciativa privada, uma vez que a obrigação imposta aos particulares é razoável e embasada na concretização de ditames constitucionais especificamente, neste caso, ao direito do consumidor e ao tratamento isonômico para pessoas com limitações de mobilidade, garantindo à igualdade resguardada na Constituição Federal.

*“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:”.*

---

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

---

Portanto, diante do exposto, opino pela **CONSTITUCIONALIDADE** do **Projeto de Lei nº 1.992/2024**.

Sala das Comissões, em 17 de setembro de 2024.



DEP. George Morais

**RELATOR**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**III - PARECER DA COMISSÃO**


A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do Voto do(a) Relator(a), opina, por unanimidade, pela **CONSTITUCIONALIDADE** e **JURIDICIDADE** do **Projeto de Lei nº 1.992/2024**.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de setembro de 2024.



Dep. João Gonçalves  
**PRESIDENTE**



DEP. George Morais  
Membro



DEP. SILVIA BENJAMIN  
MEMBRO



DEP. DEL WALLBER VIRGOLINO  
Membro

DEP. FELIPE LEITÃO  
Membro

DEP. EDUARDO CARNEIRO  
Membro

DEP. CHICO MENDES  
Membro